



**Tribunal de Justiça Militar  
do Estado de Minas Gerais**



# RELATÓRIO DE GESTÃO

**BIÊNIO 2024-2026**

# COMPOSIÇÃO

## **Tribunal de Justiça Militar – Pleno**

Desembargador Jadir Silva – Presidente

Desembargador James Ferreira Santos – Vice-Presidente

Desembargador Sócrates Edgard dos Anjos – Corregedor

Desembargador Fernando José Armando Ribeiro – Ouvidor

Desembargador Fernando Antônio Nogueira Galvão da Rocha – Diretor da Escola Judicial Militar (EJM)

Desembargador Rúbio Paulino Coelho

Desembargador Osmar Duarte Marcelino

## **Juízes de Direito do Juízo Militar**

1ª Auditoria Criminal e Cível

Juiz de Direito Titular Marcelo Adriano Menacho dos Anjos

Juiz de Direito Substituto George Walter Barreto Paviotti

2ª Auditoria Criminal e Cível

Juíza de Direito Titular Carolina Aleixo Benetti de Oliveira Rodrigues

Juiz de Direito Substituto Antônio Moreno Boregas e Rego

3ª Auditoria Criminal e Cível

Juíza de Direito Titular Daniela de Freitas Marques

Juiz de Direito Substituto João Pedro Hoffert Monteiro de Lima

4ª Auditoria Criminal e Cível

Juiz de Direito Titular André de Mourão Motta

Juíza de Direito Substituta Renata Rodrigues de Pádua

5ª Auditoria Criminal e Cível

Juiz de Direito Titular Marcos Luiz Nery Filho

Juiz de Direito Substituto Bruno Cortez Torres Castelo Branco

# JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Missão

Garantir a prestação jurisdicional efetiva no âmbito de sua competência.

## Visão

Ser reconhecida pela sociedade como uma justiça especializada essencial para a promoção da paz social e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

## Valores

- Efetividade
- Integridade
- Excelência
- Transparência
- Ética
- Sustentabilidade



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	05
CONTEXTUALIZAÇÃO.....	07
EIXO 1 – VALORIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS.....	08
EIXO 2 – ATIVIDADES DE ENSINO / TREINAMENTO / APERFEIÇOAMENTO.....	18
EIXO 3 – ORÇAMENTO E FINANÇAS.....	24
EIXO 4 – INFRAESTRUTURA / LOGÍSTICA.....	26
EIXO 5 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	32
EIXO 6 – COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL.....	38
EIXO 7 – SEGURANÇA INSTITUCIONAL.....	43
EIXO 8 - GESTÃO DOCUMENTAL / ARQUIVO.....	44
EIXO 9 – GOVERNANÇA INSTITUCIONAL - ADMINISTRATIVA.....	47
ATOS NORMATIVOS - RESOLUÇÕES.....	55
ATOS NORMATIVOS - PORTARIAS.....	58
ATOS NORMATIVOS - PORTARIAS CONJUNTAS .....	64



# APRESENTAÇÃO

É com profundo sentido de responsabilidade e imensa gratidão que apresento este Relatório de Gestão com os feitos realizados no biênio 2024-2026. Olhar para cada item aqui consolidado me deixa com o coração repleto de gratidão e com o sentimento sereno de quem buscou a eficiência administrativa e a celeridade processual.

A presidência é uma função transitória, mas a instituição é permanente, e sua missão, perene. Ao longo destes dois anos de administração, pautamos nossa atuação na missão institucional de garantir uma prestação jurisdicional efetiva, célere e justa, sempre com a visão de sermos reconhecidos pela sociedade como uma justiça especializada essencial para a promoção da paz social, para o fortalecimento do estado democrático de direito e para a melhoria do bem-estar do povo mineiro.

Navegamos com a bússola de um plano estratégico sólido, construído sobre o valioso legado das gestões que nos antecederam e em permanente alinhamento com a estratégia nacional do Poder Judiciário. Este tribunal, ao longo de seus 88 anos de história, tem demonstrado uma capacidade notável de evolução e crescimento, sempre focado na melhoria contínua de seus serviços, cultivando valores como a efetividade, a integridade, a transparência, a ética e a sustentabilidade.

Com o objetivo de honrar essa trajetória e impulsionar novos avanços, a nossa gestão estabeleceu um plano de trabalho rigoroso, estruturado em nove eixos norteadores, cujos projetos e ações foram construídos e pactuados de forma participativa com todos os gestores desta casa. Hoje, ao encerrar este ciclo, não apresento um balanço de feitos pessoais, mas sim, o testemunho de um trabalho coletivo, de conquistas que pertencem a todo o tribunal.

Nossa jornada começou com o mais valioso de nossos ativos: as pessoas. Investimos na valorização de magistrados e servidores, realizando o vitaliciamento de novos juízes, promovendo a aprovação de leis que reforçaram nosso quadro de pessoal e oferecendo capacitação constante por meio de nossa exemplar Escola Judicial Militar, que, com júbilo, celebrou seus 10 anos de fundação.

# APRESENTAÇÃO

Cuidamos da saúde e do bem-estar de nossa gente, pois um ambiente de trabalho saudável é o alicerce para uma justiça mais humana e eficiente. Temos hoje o imenso orgulho de entregar uma Corte ainda mais moderna, acessível e eficiente; e alcançamos marcas notáveis, como uma execução orçamentária superior a 99% em ambos os exercícios do biênio.

Compreendemos que a justiça do século XXI exige inovação e modernidade. Por isso, promovemos uma verdadeira transformação tecnológica, com a modernização completa de nossas salas de audiência para o formato híbrido, o lançamento de um novo portal institucional mais moderno e acessível, e o desenvolvimento de ferramentas que otimizaram a gestão interna e a transparência de nossos atos. Foram executados, também, projetos vitais de acessibilidade física e a incorporação, em definitivo, do casarão histórico contíguo ao nosso edifício-sede, preparando o espaço físico do Tribunal para o futuro.

Como resultado de um esforço coletivo, com imenso orgulho registramos que o nosso Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, por dois anos consecutivos, alcançou o selo diamante e, de forma inédita e histórica, o selo excelência em 2025, no prêmio de qualidade concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Fomos um dos quatro tribunais do país, e o único em todo o segmento da justiça militar, a atingir o mais alto grau de reconhecimento do CNJ.

Essa não é uma conquista da presidência, é a certificação da excelência de cada magistrado e de cada servidor que dedicam suas vidas a esta instituição, e o reflexo do nosso compromisso inegociável com a lisura e com a máxima eficiência.

A gestão que se encerra foi um capítulo escrito a muitas mãos, um esforço conjunto em prol de um ideal maior. Encerro meu mandato com a serenidade de quem buscou, a todo momento, honrar a toga e o cargo que me foram confiados.

Muito obrigado.

Desembargador Jadir Silva  
Presidente do TJMMG  
Biênio 2024 - 2026

# CONTEXTUALIZAÇÃO

A Justiça Militar de Minas Gerais tem por missão e visão a garantia de uma prestação jurisdicional efetiva no âmbito de sua competência, objetivando ser reconhecida pela sociedade como uma justiça especializada essencial para a promoção da paz social, para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e, sobretudo, que contribua para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar do povo mineiro, sempre cultuando valores como efetividade, integridade, excelência, transparência, ética e sustentabilidade.

Nesse contexto, ao longo dos seus 88 anos, o Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais tem apresentado um crescimento exponencial, focado na constante melhoria da sua prestação jurisdicional, por meio de uma governança baseada em um Plano Estratégico, com o estabelecimento de indicadores e metas que balizam as ações implementadas diariamente pelos seus magistrados, servidores e colaboradores.

Com o objetivo de manter o legado deixado pelas administrações anteriores, a gestão eleita para o biênio 2024/2026, em alinhamento com a missão e a visão institucional, estabeleceu um plano de trabalho cumprido durante todo o período estabelecido, com a delimitação de nove eixos norteadores de todos os projetos e as ações a serem desenvolvidos pelas áreas meio e finalísticas. São eles:

EIXO 1 - VALORIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

EIXO 2 - ATIVIDADES DE ENSINO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO

EIXO 3 - ORÇAMENTO E FINANÇAS

EIXO 4 - INFRAESTRUTUTURA E LOGÍSTICA

EIXO 5 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

EIXO 6 - COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

EIXO 7 - SEGURANÇA INSTITUCIONAL

EIXO 8 - GESTÃO DOCUMENTAL E ARQUIVO

EIXO 9 - GOVERNANÇA INSTITUCIONAL - ADMINISTRATIVA

As ações descritas nos eixos foram construídas, definidas e pactuadas com a participação direta de todos os gestores das Unidades Organizacionais. A seguir, apresentamos os resultados alcançados de março de 2024 a março de 2026, incluindo também o que foi planejado e/ou iniciado neste período e que tem previsão de entrega *a posteriori*.

# EIXO 1 - VALORIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

## **Novo juiz de Direito do Juízo Militar**

No dia 14 de janeiro de 2026, foi empossado o novo juiz de Direito substituto da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais Antônio Moreno Boregas e Rego, que passou a integrar o quadro da magistratura do TJMMG em vaga decorrente da aposentadoria do juiz de Direito João Libério da Cunha, ocorrida em agosto de 2025. O novo magistrado é oriundo de concurso público para provimento de cargos de juiz de Direito substituto do Juízo Militar, realizado em 2022.



## **Entrada em exercício dos juízes de Direito e instituição do juiz das garantias**

Em abril de 2024, os seis novos juízes de Direito do Juízo Militar oriundos do concurso regido pelo edital 01/2022 e empossados em janeiro de 2024 passaram a atuar como juízes substitutos distribuídos nas cinco Auditorias da Justiça Militar, após concluírem o Curso de Formação Inicial (CFI) para juízes da magistratura civil (saiba mais no EIXO 2). A partir de 1º de janeiro de 2025, o TJMMG também passou a contar com o instituto do juiz das garantias, responsável pelo controle da legalidade das investigações criminais e pela proteção dos direitos individuais dos investigados, atuando exclusivamente na fase pré-processual. O funcionamento do juiz das garantias foi atualizado com a Portaria CJM n. 02/2026, que passou a valer a partir de janeiro de 2026.

### **Vitaliciamento dos magistrados**

Alinhado às exigências constitucionais, às normas do CNJ e às diretrizes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam), foi ofertado um Programa de Formação Continuada para fins de Vitaliciamento dos seis novos juízes de Direito que tomaram posse em 2024. Paralelamente, em junho de 2025, foi instaurado o processo administrativo de avaliação das sentenças proferidas por esses magistrados e, em seguida, o processo de vitaliciamento, concluído em janeiro de 2026.



### **Aprovação dos Projetos de Lei n. 1.836/2023 e 2.924/2024**

Foram aprovados dois Projetos de Lei que reforçaram a estrutura interna do TJMMG, especificamente quanto ao quadro de pessoal. O PL n. 1.836/2023 foi aprovado na forma da Lei n. 24.896, de 17 de julho de 2024, alterando os Quadros de Cargos de Provimento em Comissão e de Provimento Efetivo dos Servidores da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais. Com a alteração, foram criados dez novos cargos de oficial judiciário, empossados entre os meses de agosto e setembro de 2024, com destinação exclusiva para as Auditorias. Para readequar a estrutura de governança do Tribunal, também foram criados cinco cargos de gerente e um de coordenador de área, todos de recrutamento limitado, e um cargo de assessor técnico especializado, de recrutamento amplo.

Em 2025, foi aprovado o PL n. 2.924/2024 na forma da Lei n. 25.568, de 22 de outubro, que criou oito cargos de analista judiciário e quatro cargos de oficial judiciário, com o objetivo principal de readequar o quadro de servidores lotados na Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, ampliando sua capacidade de atender às crescentes e complexas demandas institucionais relacionadas à área de tecnologia. Foram criados, também, seis cargos de assessor de juiz, três cargos de assessor técnico I e três cargos de assistente técnico, além de alterado o artigo 17 da Lei n. 16.646/2007, a fim de permitir que os cargos de assessor de juiz sejam providos pelo presidente do Tribunal mediante indicação tanto dos juízes de Direito titulares quanto dos substitutos. Antes, o artigo mencionado restringia a indicação unicamente ao juiz de Direito titular.

### **Programa Ambiental**

Durante a gestão foram realizados quatro encontros do Programa Ambiental, que tem por objetivo facilitar a integração dos novos magistrados e servidores ao ambiente físico e social, às normas, à cultura e aos processos de trabalho da Justiça Militar, tornando a experiência de ingresso na Instituição mais natural, agradável e acolhedora, e fazendo com que se sintam mais situados, familiarizados e seguros para iniciarem suas atividades laborais. Ao todo foram realizadas três edições voltadas para servidores, sendo uma delas específica para os assessores de juízes, cujos cargos foram criados pela Lei n. 25.568, de 22 de outubro de 2025, e uma edição direcionada ao novo juiz de Direito do Juízo Militar que tomou posse em janeiro de 2026. Também foram realizadas edições específicas voltadas para o ingresso de estagiários.



### **Ações de combate ao assédio**

Diversas ações foram promovidas para prevenir e combater o assédio e a discriminação no TJMMG. Em 2024 e 2025 foram realizadas anualmente a Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação, iniciativa instituída pela Resolução CNJ n. 450/2022, promovendo diversas ações de conscientização, e também foi criado um novo canal de denúncias, que proporciona maior acolhimento e garante total sigilo aos denunciantes.

### **Programa de Preparação à Aposentadoria**

Atendendo à Resolução CNJ n. 526/2023, referente ao Programa de Preparação à Aposentadoria e de Valorização de Magistrados(as) Aposentados(as) no âmbito do Poder Judiciário, foi criado o Programa de Preparação à Aposentadoria – AtivaMente. A iniciativa está alinhada à Política Nacional de Gestão de Pessoas do CNJ, que tem como um de seus princípios orientadores a valorização dos magistrados e servidores, bem como de suas experiências, conhecimentos, habilidades e atitudes. Entre junho e outubro de 2024, o AtivaMente promoveu um curso realizado de forma presencial, voltado a servidores e magistrados aposentados nos últimos cinco anos, além daqueles que já haviam cumprido os requisitos para aposentadoria ou que os cumpririam em 2025 e 2026. O curso foi dividido em cinco encontros.



## Semana da Saúde

Foi realizada, em abril de 2025, a Semana da Saúde, que passa a ser uma ação permanente realizada sempre no mês de abril, em atendimento à Resolução CNJ n. 576/2024. Na estreia, foram ofertadas palestras sobre saúde física e mental, além de aferição de pressão arterial e glicemia, e roda de conversa sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA).



## Portal do Magistrado/Servidor

Em 2025, foi desenvolvido e implantado o Portal do Magistrado/Servidor, ambiente digital que passou a integrar, em uma única interface intuitiva, diversas funcionalidades voltadas ao público interno. O Portal disponibiliza, de forma clara e organizada, informações como calendário do Judiciário, consulta de férias e saldo de férias-prêmio, controle de dias de compensação, acesso ao contracheque, acompanhamento de frequência, envio de declarações de bens e rendas e outros serviços correlatos. Com navegação simplificada e responsiva, a ferramenta foi concebida para ampliar a usabilidade, reunindo dados essenciais de forma acessível, segura e atualizada (saiba mais no EIXO 5).



### **Aprimoramento do Sistema Integrado de Gestão de Pessoal (SIG)**

A automatização de sistemas de gerenciamento de pessoal tem tido significativo avanço com alguns aprimoramentos no Sistema Integrado de Gestão (SIG). Foi desenvolvido módulo para registro de créditos de acúmulo de funções e acúmulo de acervo processual de magistrados; automatizada a emissão de relatório para envio de dados ao Módulo de Produtividade Mensal do CNJ; e criados ainda os módulos de registro das avaliações de desempenho dos servidores e das penas disciplinares. Esses dois últimos módulos são partes necessárias para que o sistema passe a apurar automaticamente a concessão de eventos na carreira, como progressões funcionais, promoções horizontais e adicionais de desempenho (saiba mais no EIXO 5).

### **Sistema de Gestão de Folha de Pagamento**

Foi implementado um novo Sistema de Gestão de Folha de Pagamento, concebido para integrar e modernizar todos os módulos utilizados no processamento da folha. Com interface atualizada e arquitetura mais moderna, o novo sistema concentra, em plataforma única e dinâmica, funcionalidades relacionadas ao cálculo, ao controle e ao acompanhamento dos pagamentos realizados aos magistrados e servidores, oferecendo maior agilidade na execução dos processos, segurança no tratamento dos dados, assertividade nos cálculos e otimização na emissão de relatórios. O novo sistema está 85% executado, com previsão de implementação efetiva até dezembro de 2026 (saiba mais no EIXO 5).

### **Aperfeiçoamento da atuação dos servidores nas salas de audiência**

Diante da necessidade de apoiar o desenvolvimento de competências comportamentais e socioemocionais dos servidores das Auditorias, com foco no aprimoramento do desempenho em sala de audiência, foi promovido um programa de capacitação específico, com abordagem cognitivo-comportamental e ações voltadas ao fortalecimento de habilidades, da saúde mental e do clima organizacional.

### **Programa de Acompanhamento do Teletrabalho**

Em 2024, foi promovida uma palestra sobre o tema “Teletrabalho e Autocuidado: caminho para saúde física e mental”, em continuidade do Programa de Acompanhamento do Teletrabalho, voltado a magistrados e servidores.

## Campanha de vacinação

Em consonância com a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, instituída por meio da Resolução CNJ n. 207/2015, foram realizadas campanhas de vacinação que, além de contribuir para a redução do absenteísmo, constituem uma ação de preservação da saúde. A campanha de imunização contra a gripe, realizada anualmente, imunizou 190 pessoas em 2024, e 231 pessoas em 2025. Também teve início em 2025, de forma inédita, a campanha de vacinação contra herpes-zóster, dengue, HPV e doenças pneumocócicas, imunizantes recomendados pela Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm) que apresentam grande relevância para a população adulta e não estão disponíveis no calendário regular do Sistema Único de Saúde (SUS). A vacinação começou em dezembro pela imunização contra a dengue e a herpes-zóster, e a campanha segue ao longo de 2026, com previsão de encerramento no mês de julho.



## Programa "Tornar-se Gestor"

O programa "Tornar-se Gestor" tem como objetivo capacitar e instrumentalizar gestores para o enfrentamento dos desafios inerentes à condução de equipes. Em 2024, foram realizadas duas capacitações sobre administração de conflitos e a importância do *feedback*, e, em 2025, o tema abordado foi sobre liderança pelo diálogo.

## 1ª Seleção Artística do TJMMG

Como parte da Semana do Servidor de 2025, foi lançada a 1ª Seleção Artística do TJMMG, promovida para abrir espaço a manifestações artísticas desenvolvidas por magistrados, servidores, colaboradores terceirizados, militares à disposição e estagiários, tendo na primeira edição o tema “Lei Maria da Penha”. A iniciativa passa a ser realizada anualmente como uma política de valorização do público interno do TJMMG.



## Processos de remoção e promoção de magistrados

No período de setembro a dezembro de 2025, foram realizados dois processos de provimento dos cargos de juiz de Direito titular da 5ª Auditoria Judiciária Militar Estadual (5ª AJME), pelo critério de remoção/promoção por merecimento, e de juiz de Direito titular da 2ª Auditoria Judiciária Militar Estadual (2ª AJME), pelo critério de remoção/promoção por antiguidade.

### **Seleção pública para estagiários**

Foram realizados dois processos seletivos para estagiários, tanto para preencher vagas existentes quanto para a formação de cadastro de reserva. As seleções contemplaram estudantes de pós-graduação em Direito; graduação em Administração; Ciência da Computação, Sistemas de Informação ou graduação similar; Direito; Engenharia Elétrica; Jornalismo ou Comunicação Social e Marketing ou Comunicação Social com habilitação em Publicidade, além de estudantes do curso de educação profissionalizante de Técnico em Manutenção em Informática.

### **Semana do Servidor**

Em comemoração ao Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro, anualmente o TJMMG promove a Semana do Servidor, voltada à valorização e ao reconhecimento dos servidores e colaboradores. Em 2024 e 2025, foram realizadas programações culturais, de bem-estar, palestras educativas, confraternizações e outras atividades de integração.



## Campanha de combate à violência doméstica e familiar

A partir de maio de 2024, o TJMMG passou a contar com uma campanha permanente de combate à violência doméstica e familiar, desenvolvida no âmbito do Programa de Prevenção à Violência e Medidas de Segurança Voltadas à Proteção de Magistradas e Servidoras, com base nas diretrizes do CNJ. São realizadas ações anuais de orientação e conscientização sobre violência doméstica e familiar, disponibilizando-se materiais informativos e atividades educativas. A primeira edição da campanha, lançada em maio de 2024 com o *slogan* “Você não está só”, esteve entre os destaques do Prêmio Innovare e foi classificada na categoria “Tribunais” na 5ª edição do “Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral”, que contempla iniciativas que contribuem para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Em março de 2025, foi promovida a segunda edição da campanha, com foco no Ciclo da Violência, abordando as três fases que caracterizam a dinâmica da violência doméstica e familiar.



## EIXO 2 – ATIVIDADES DE ENSINO / APERFEIÇOAMENTO

### **Curso de Formação Inicial para Juízes da Magistratura Civil**

Foram realizadas duas edições do Curso de Formação Inicial (CFI) para Juízes da Magistratura Civil da Justiça Militar de Minas Gerais, que tem como objetivo preparar novos juízes de Direito para o início das atividades jurisdicionais. A primeira edição, voltada aos seis novos juízes de Direito do Juízo Militar que tomaram posse em 2024, foi dividida em três módulos e, durante a atual gestão, foram realizados o Módulo Local, com carga horária de 204 horas-aula, de 26 de fevereiro a 22 de maio, e o Módulo de Prática Judicante Supervisionada, com carga horária de 300 horas-aula. Com a posse de mais um juiz de Direito substituto, foi iniciada, em janeiro de 2026, a segunda edição do CFI, que se estende até abril, com carga horária total de 480 horas também divididas em disciplinas teóricas e práticas.



### **Acesso ao acervo da Biblioteca Digital do TJMG**

Em 2025, foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica para garantir acesso da Justiça Militar ao acervo da Biblioteca Digital do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), repositório oficial de publicações produzidas por magistrados e servidores daquele órgão. Pelo acordo são permitidas consultas ao acervo de acesso amplo pelo público em geral, enquanto as coleções de acesso restrito visam ao atendimento do público interno de 1ª e 2ª Instâncias, sendo permitido o acesso a doutrina, legislação e jurisprudência. O ACT foi renovado em janeiro de 2026.

### **Cursos de formação continuada de magistrados**

Visando à formação continuada de magistrados para fins de aperfeiçoamento, foram ofertados cursos sobre temas como “Práticas judiciárias e violência doméstica: uma análise sob a perspectiva de gênero e interseccional” e “Depoimento especial de crianças e adolescentes no Sistema de Justiça”. Dois magistrados de primeira instância também participaram do 2º Curso de Direito Aplicável em Cenários de Conflito Armado e Outras Situações de Violência, realizado na sede da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (Enajum), em Brasília, em parceria com o Instituto Internacional de Direito Humanitário (IIHL). Ao todo, foram realizadas 14 capacitações para magistrados em 2024 e 25 em 2025.



### **Recredenciamento da EJM como Escola de Governo**

A EJM obteve êxito no processo de credenciamento junto à Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, consolidando-se como unidade de ensino reconhecida pelo sistema estadual. Após a avaliação *in loco*, realizada em 2025, a comissão de avaliadores atestou a conformidade da instituição com os requisitos legais e acadêmicos, destacando a qualidade da estrutura organizacional e pedagógica, a qualificação do corpo docente e a atuação da equipe técnico-administrativa. A decisão foi aprovada em janeiro de 2026 e garante a continuidade da EJM como Escola de Governo pelos próximos cinco anos.

### **Seminário Diálogos entre Justiças**

O Seminário Diálogos entre Justiças, promovido pela Escola Judicial Militar do TJMMG, em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (Enajum), com apoio do CNJ, integrou as comemorações dos 10 anos da EJM e dos 88 anos da Justiça Militar Mineira, em outubro de 2025. O seminário possibilitou o intercâmbio de experiências entre magistrados, membros do Ministério Público e especialistas, fortalecendo a cooperação institucional e a reflexão sobre temas sensíveis à segurança, à cidadania e à efetividade da justiça.



### **Capacitação internacional de magistrados**

Em 2025, houve um investimento em capacitação internacional estratégica voltada ao aprimoramento da magistratura e à modernização da Justiça Militar, por meio de cursos e eventos com temas como “Combate ao Crime Organizado – Novos Paradigmas na Era da Hiperconectividade” (Roma/Itália), o 3º Fórum Internacional de Justiça Militar (Paris/França), “Inteligência artificial, gestão pública e cooperação internacional: Desafios jurídicos para o futuro – 2025” (Barcelona/Espanha), além da participação na missão institucional EBC Brazilian Justice (Redmond/EUA) com a temática “O uso da inteligência artificial generativa na transformação do Sistema de Justiça”, bem como a participação de magistrados no 10º Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra, realizado em outubro de 2025, o qual contou na programação contou com o simpósio temático “Direitos Humanos e Justiça Militar: desafios e perspectivas na garantia da ordem pública”.

### **Curso de Adaptação de Juízes Militares**

Foram formadas oito turmas do Curso de Adaptação de Juízes Militares, que capacita oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais para atuarem como juízes militares na composição dos Conselhos Permanentes de Justiça. Nos dois anos de gestão foram capacitados 464 oficiais.



### **Projeto “Reflexões do Direito Militar”**

O projeto “Reflexões do Direito Militar” foi idealizado pela Escola Judicial Militar com o objetivo de fomentar debates qualificados sobre temas relevantes ao Direito Militar. Em quatro edições, foram discutidos temas relacionados ao Código Penal Militar, audiência de custódia e medidas cautelares, ativismo ministerial e judicial no Direito Militar, e crime organizado.

### **Renovação do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Ministério Público de Minas Gerais**

O Acordo de Cooperação Técnica n. 17/2020, entre o Ministério Público de Minas Gerais e o TJMMG, foi renovado por 60 meses, para o período 2025–2030. Com interveniência da EJM, o objetivo do ACT é manter o intercâmbio de conhecimentos, experiências e ações de desenvolvimento institucional.

### **Capacitação de servidores e público externo**

Houve a promoção de uma ampla variedade de capacitações voltadas ao aperfeiçoamento dos servidores da Justiça Militar Estadual, tanto nas atividades meio quanto nas atividades fim, contemplando temas jurídicos, administrativos, tecnológicos, de auditoria e de gestão. As capacitações também contemplaram demandas específicas de comissões e unidades organizacionais, em conformidade com as resoluções do CNJ. Além disso, foram promovidas palestras sobre temas de grande relevância não apenas para magistrados e servidores, mas também para membros do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, do Ministério Público, da Defensoria Pública, acadêmicos e pesquisadores, especialmente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Entre os destaques, está a palestra internacional “Prova, processo e decisão: Desafios contemporâneos”, proferida pelo professor português Rui Cunha Martins. Neste quesito, foram realizadas 55 capacitações em 2024 e 93 em 2025.



### **Rede de Escolas de Formação de Agentes Públicos**

Foi firmado um acordo com o Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa, a Defensoria Pública, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3ª Região para sistematizar a Rede de Escolas de Formação de Agentes Públicos (Reap-MG), que prevê cooperação acadêmica, científica e cultural para capacitação de servidores e membros do setor público, por meio de cursos, pesquisas, eventos conjuntos, intercâmbio docente e discente, compartilhamento de estruturas e experiências, além de atividades voltadas à inovação e à melhoria da qualidade do serviço público.

### **Ciclo de Encontros EJM/Instituto de Ciências Penais (ICP)**

O Ciclo de Encontros EJM/ICP, em parceria com o Instituto de Ciências Penais (ICP), foi desenvolvido para promover o debate profissional, acadêmico e institucional acerca de temas atuais e controversos que impactam tanto a Justiça Militar quanto a Justiça comum. A iniciativa, realizada no formato presencial, com carga horária de 12 horas distribuídas em seis encontros promovidos entre 2025 e 2026, é direcionada a magistrados, membros do Ministério Público, advogados, defensores públicos, professores, estudantes e servidores.



### **Projeto “Coleção Conexões em Direitos Humanos”**

Foi feita adesão ao projeto “Coleção Conexões em Direitos Humanos”, coordenado pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o CNJ. O projeto tem como finalidade traduzir, diagramar e disseminar em Língua Portuguesa documentos produzidos pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, ampliando seu acesso no Brasil. Com a adesão, a EJM compromete-se a traduzir ao menos um desses documentos e a fazer uma tiragem impressa de exemplares para divulgação em ambientes acadêmicos e institucionais, contribuindo, assim, para a difusão e a internalização dos direitos humanos no contexto jurídico e social brasileiro.

## EIXO 3 - ORÇAMENTO E FINANÇAS

### **Eficiência na execução orçamentária**

Graças a um trabalho continuado de governança da execução orçamentária (saiba mais no EIXO 9), com a realização de reuniões mensais com todas as unidades organizacionais executoras, em 2024 houve 98,49% de execução orçamentária, enquanto em 2025 este percentual foi de 98,71%. O crédito orçamentário para o ano de 2024 foi de R\$ 138.215.991,00, sendo executado o valor de R\$ 136.130.325,04. Já em 2025, o crédito orçamentário foi de R\$ 167.111.870,00, com execução de R\$ 164.960.722,27.

### **Aumento da dotação orçamentária**

O TJMMG participou de tratativas e gestão interinstitucional para o aumento da dotação orçamentária em 2025 e em 2026. O orçamento do TJMMG cresceu de R\$ 138.215.991,00, em 2024, para R\$ 167.111.870,00, em 2025, e R\$ 189.410.222,00, em 2026.

### **Criação do Sistema de Gestão Orçamentária (SGO)**

Foi desenvolvido o Sistema de Gestão Orçamentária (SGO), que permite a realização da gestão orçamentária de forma tempestiva, contemplando desde o planejamento da proposta orçamentária, passando pelo controle da disponibilidade e culminando na sua execução. O sistema está concluído e implementado (saiba mais no EIXO 5).

### **Sistema EFD-REINF**

Está em fase de testes o sistema EFD-REINF, que visa diminuir o risco de erro e o custo administrativo empregado no controle e na conferência dos dados lançados referentes às retenções de contribuição previdenciária (INSS) na contratação de pessoas jurídicas de determinados serviços executados mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada e, principalmente, às retenções de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços e a pessoas físicas, na situação em que não há relação com o trabalho. A previsão de implantação é até final de 2026.

## **Termos de Descentralização de Crédito Orçamentário (TDCOs) com a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e com o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG)**

Em 2025, foram firmados dois TDCOs com a PMMG, um deles permitindo o apoio técnico-operacional da PMMG na produção audiovisual desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Social do TJMMG, o que amplia a interlocução com os públicos estratégicos do Tribunal (saiba mais no EIXO 6).

Também em 2025 foi firmado um TDCO com o CBMMG, fundamentado na necessidade de fortalecer e modernizar setores da corporação que possuem relação direta com as atividades jurisdicionais, administrativas e correccionais. O aprimoramento das infraestruturas operacionais, dos ambientes de ensino, dos sistemas de gestão e dos fluxos processuais contribui para a qualificação das informações, dos documentos e dos procedimentos que chegam ao TJMMG, promovendo maior eficiência, precisão e celeridade na instrução de processos. O investimento sustenta a melhoria da comunicação institucional e o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno, elementos essenciais para a atuação harmônica e integrada entre as duas instituições.

## **Gestão de Recursos e Processos (GRP) Minas**

O TJMMG está participando do sistema integrado de gestão governamental desenvolvido pelo Governo de Minas Gerais (GRP Minas), que tem como objetivo ser uma solução sistêmica única, integrada e padronizada, composta por um conjunto de aplicações e serviços que possibilitem operacionalizar de forma automatizada os processos corporativos da gestão pública no Estado. O sistema está em desenvolvimento, em fase de realização de testes e de reuniões periódicas com equipe da Contadoria do Estado e da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (Prodemge). A previsão de implantação é em 2027.

## EIXO 4 - INFRAESTRUTURA / LOGÍSTICA

### Priorização do 1º Grau

A priorização do 1º Grau foi um dos nortes desta gestão, notadamente no que tange ao grande investimento em infraestrutura. A começar pelo projeto de adequação tecnológica para a realização de sessões e audiências em formato híbrido - consolidado integralmente em outubro de 2025 -, que harmonizou o ambiente físico com as exigências da modernidade judiciária. Tais unidades foram dotadas de sistemas de áudio e vídeo de alta definição, plataformas de transmissão estáveis e ferramentas de interação em tempo real, permitindo uma prestação jurisdicional sem fronteiras físicas. Houve, também, a substituição do mobiliário, proporcionando mais conforto àqueles que trabalham na 1ª Instância.

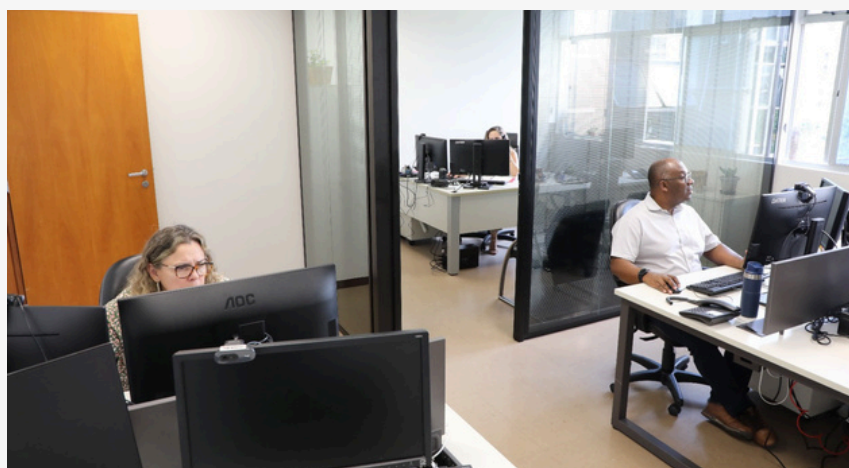


### Modernização tecnológica

A modernização das salas de audiência das Auditorias de 1ª Instância, concluída em outubro de 2025, integra um grande processo de modernização tecnológica do TJMMG, processo que vem sendo executado em etapas sucessivas e que, nesta gestão, contou também com a adequação tecnológica da Sala das Câmaras, do auditório, da Sala de Reunião José Tuedes e da sala de reunião da Presidência, consolidando ferramentas de comunicação interna e externa que otimizam a realização de eventos, treinamentos, reuniões e até mesmo sessões com a instalação de sistemas de som e imagem de última geração.

### **Reforma e modernização de salas da administração e arquivo**

Em 2025, foram realizadas a reforma e a modernização de diversas salas de setores administrativos, incluindo as salas das diretorias, que agora estão dotadas de ambiente compartilhado, tendência no design corporativo que tem se demonstrado extremamente eficaz para a Administração Pública em termos de integração e eficiência, e que também traduz o cuidado com a saúde ocupacional e a ergonomia, um compromisso fundamental com a qualidade de vida e o bem-estar de servidores e colaboradores. A modernização incluiu aquisição de mobiliário, adequado ao novo *layout* e dotado de mais funcionalidade. O arquivo anexo ao edifício-sede também passou por adequações físicas, viabilizando uma expansão substancial da capacidade de armazenamento e uma otimização estratégica da área útil disponível, suprimindo a crescente demanda por espaços destinados à custódia de documentos e autos judiciais.



### **Incorporação patrimonial do casarão histórico contíguo ao edifício-sede**

A conclusão definitiva do processo de desapropriação e incorporação patrimonial do casarão histórico contíguo ao edifício-sede foi formalizada em outubro de 2025. O imóvel data de 1939, encontra-se sob a proteção do patrimônio histórico da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, passou à custódia do Estado, sob a gestão da Justiça Militar de Minas Gerais, e será destinado ao suporte das atividades judiciárias e administrativas de forma integrada. Os projetos necessários para a reforma e a integração funcional do casarão estão programados para serem contratados no primeiro semestre de 2026.

### **Serviços de impermeabilização das estruturas do edifício-sede**

A conclusão definitiva, em janeiro de 2025, dos serviços de impermeabilização das estruturas do edifício-sede representa um avanço na engenharia de manutenção e na salvaguarda do patrimônio público, abrangendo intervenções técnicas de alta complexidade em áreas vitais como a garagem, o fosso de elevadores, os reservatórios de água, o pavimento térreo e a cobertura da edificação. A iniciativa resguarda o parque tecnológico e funciona como escudo para a preservação da integridade estética e estrutural dos espaços.

### **Renovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros**

Em novembro de 2025, foi renovado o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) - documento oficial, com vigência estabelecida até 2030 -, que atesta de forma inequívoca que a edificação possui as condições de segurança necessárias para o pleno exercício da prestação jurisdicional, mitigando riscos de sinistros e garantindo um ambiente laboral protegido.

### **Projeto de adaptação à acessibilidade do edifício-sede**

Foram contratados, em dezembro de 2025, os serviços de engenharia para execução do projeto de adaptação integral do edifício-sede às regras de acessibilidade. Com conclusão prevista para julho de 2026, esta iniciativa visa a eliminação definitiva de barreiras físicas, arquitetônicas e de percepção, assegurando que todos os jurisdicionados, os servidores e os frequentadores possam usufruir das instalações do TJMMG com autonomia.



### **Projeto de reforma do edifício-sede e do anexo**

Está em elaboração um projeto de ampla reforma e modernização do edifício-sede e de seu anexo, que foca na reestruturação física necessária para acompanhar a expansão institucional, prevendo a criação de uma sala de audiências exclusiva para a 5ª AJME e uma reformulação completa das unidades da primeira instância para otimizar os fluxos processuais. O projeto contempla melhorias significativas na infraestrutura da EJM, visando dotar a unidade de ensino com ambientes tecnologicamente avançados para a capacitação de magistrados e servidores. As obras serão executadas em etapas, com previsão de início em 2027.



### **Projeto de modernização do sistema de climatização**

Com foco na sustentabilidade e na eficiência técnica, foi iniciado o planejamento para a contratação do projeto de modernização integral do sistema de climatização do edifício-sede. Esta iniciativa busca substituir tecnologias obsoletas por soluções de alta *performance* energética, reduzindo substancialmente os custos operacionais de manutenção e o impacto ambiental.

### **Projeto e execução de reforço estrutural da edificação**

Ao longo de 2026 está prevista a realização de projeto e a respectiva execução de reforço estrutural nas fundações e nos elementos de sustentação do edifício-sede. Esta medida preventiva e de engenharia corretiva visa preparar a estrutura física para as novas cargas decorrentes das reformas e das ampliações planejadas, mitigando riscos de patologias estruturais e garantindo a resiliência da edificação frente ao aumento da intensidade das atividades institucionais.

### **Renovação da frota**

A frota foi renovada com seis novos veículos, estabelecendo-se uma média de renovação a cada cinco anos, o que reduz custos de manutenção e amplia a eficiência, a segurança e a economicidade na utilização dos veículos oficiais e administrativos. Na frota em uso, foi feita a transição da gasolina para o etanol, em adesão a política estadual de incentivo ao consumo do etanol. Em razão do processo de renovação da frota, quatro veículos foram doados à PMMG e ao CBMMG.

### **Ações de sustentabilidade**

Durante o biênio, foram desenvolvidas inúmeras ações que alinharam o TJMMG às boas práticas administrativas voltadas à sustentabilidade. Entre elas estão a contratação de energia solar por assinatura Cemig Sim, de geração de energia solar remota; a substituição de lâmpadas convencionais por LED e a automatização dos sistemas de iluminação com sensores de presença nas garagens; a instalação de ar condicionado “inverter”, mais econômico; a instalação de redutores de vazão nas torneiras e sanitários; o uso de máquinas de alta pressão para limpeza de pisos e áreas externas, reduzindo o consumo de água, e a substituição de produtos de limpeza por versões biodegradáveis e de fácil remoção; a substituição de copos plásticos por copos reutilizáveis, inclusive com a doação de copos de bambu personalizados para todo o público interno do Tribunal; a contratação de empresa para otimização de impressões; a adesão ao uso de 100% etanol para abastecimento da frota de veículos; o aperfeiçoamento da política de utilização de eletroeletrônicos nas copas e setores; o descarte de mais de duas toneladas de resíduos de papel para reciclagem, com destinação à Associação de Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis (Asmare), bem como o correto descarte de baterias do Datacenter, de *tonner* para impressoras e de resíduos das obras.

### **Manutenção predial**

O Tribunal investiu significativamente em manutenções prediais no edifício-sede e no anexo, com foco na conservação, na funcionalidade e na valorização dos espaços institucionais. Destacam-se a pintura integral dos ambientes internos, a revitalização da pintura externa dos muros e do prédio anexo, a manutenção e a revitalização da fachada, a modernização da iluminação, a revitalização dos sanitários, a melhoria das condições de uso dos banheiros acessíveis, a expansão da rede lógica, além de intervenções no sistema hidrossanitário e aprimoramento nos sistemas de drenagem. Essas ações, somadas a diversas restaurações e manutenções gerais, contribuíram para a melhoria das condições de trabalho, o uso mais eficiente dos recursos e a preservação do patrimônio público.

### **Inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa e Plano de Descarbonização**

Também no âmbito da sustentabilidade, foram realizados dois inventários de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) – um referente aos anos 2023 e 2024, e outro ao ano de 2025, esse último finalizado em abril de 2026. Os inventários serviram de base para a elaboração do primeiro Plano de Descarbonização do TJMMG, a ser publicado em abril de 2026, alinhado ao Programa Justiça Carbono Zero, do CNJ, instituído com o objetivo de medir, reduzir e compensar tais emissões. Como consequência do Plano de Descarbonização, foram compensadas 100% das emissões de 2023 (equivalentes a 66,39 toneladas de CO<sub>2</sub>) e 2024 (167,948 toneladas CO<sub>2</sub>).

## EIXO 5 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### Implementação da EPJM

Em junho de 2025, foi firmado um TDCO visando possibilitar a conclusão da segunda fase de implementação da Polícia Judiciária Militar Eletrônica (EPJM), que integra o Sistema Correccional (Sicor) da PMMG e o Sistema Processual Eletrônico para Tramitação de Processos (Eproc) utilizado pelo TJMMG. Este novo TDCO engloba despesas relacionadas a desenvolvimento, implantação, integração, interoperabilidade, manutenção e suporte do sistema destinado ao registro e à tramitação eletrônica de procedimentos e processos administrativos e pré-processuais no âmbito da PMMG. A previsão é que a integração esteja concluída até dezembro de 2026.



### E-sorteio

Por meio do Provimento CJM n. 3, de 9 de dezembro de 2024, a Corregedoria implementou o “e-sorteio”, sistema de sorteio eletrônico de juízes militares dos Conselhos Permanente e Especial de Justiça. O sistema possibilita o sorteio eletrônico dos juízes militares entre militares do serviço ativo, segundo relação remetida pelo órgão competente da PMMG e do CBMMG, bem como o registro dos motivos legais que impeçam a participação de determinado oficial nos Conselhos. Lançada oficialmente em 12 de dezembro de 2024, a ferramenta também permite a emissão de relatórios, para fins de auditoria no sistema, assim como a geração dos atos de sorteio para fins de publicação no Diário de Justiça Militar Eletrônico e juntada aos autos da ação penal.

## Criação e premiação do Banco de Sentenças

Foi realizado um trabalho conjunto entre o TJMMG, o Tribunal de Justiça Militar de São Paulo (TJMSP), o Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul (TJMRS) e o Superior Tribunal Militar (STM) que resultou, em 2025, no lançamento de uma ferramenta inédita: o Banco de Sentenças das Justiças Militares. A plataforma, pública e gratuita, tem como objetivo ampliar o acesso a decisões judiciais, promovendo maior transparência, segurança jurídica e padronização na jurisprudência das Cortes Militares, e colocou o segmento em destaque no cenário de inovação tecnológica do Judiciário. Mesmo após poucos meses de implementação, o Banco de Sentenças passou a ser reconhecido em premiações. Seis meses após seu lançamento, ele foi um dos destaques do 2º Concurso de Inovação do Poder Judiciário/Prêmio Inovação 2025, promovido pelo CNJ, ficando em terceiro lugar na categoria Serviços Judiciários Inovadores para os Usuários. Foi, também, um dos finalistas do Prêmio Conip de Excelência em Inovação na Gestão Pública 2025, e passou a integrar o banco de boas práticas do Prêmio Innovare, que tem como objetivo o reconhecimento e a disseminação de práticas transformadoras que se desenvolvem no interior do sistema de Justiça do Brasil.



## **Fábrica de Software**

A atuação da Fábrica de *Software* permitiu o desenvolvimento de diversos sistemas tecnológicos que modernizam procedimentos, automatizam tarefas e garantem maior eficiência à Justiça Militar. Na gestão, foi desenvolvido o Sistema de Gestão Orçamentária (SGO), que gerencia os recursos disponibilizados para a Justiça Militar, objetivando o aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária, com melhoria da governança orçamentária e da eficiência no controle orçamentário, com automatização de atividades (saiba mais no EIXO 3). Também em trabalho contínuo, foram feitas melhorias no Sistema Integrado de Gestão de Pessoal (SIG), especialmente quanto ao acesso a informações funcionais para magistrados e servidores, e a automatização de atividades e controles na gestão de pessoas (saiba mais no EIXO 1).

## **Adoção do MinutalA**

Como forma de acompanhar as inovações tecnológicas, foi adotado o *software* MinutalA como ferramenta institucional de inteligência artificial jurídica para uso de magistrados e servidores da Justiça Militar de Minas Gerais, visando aprimorar a prestação jurisdicional. O uso da ferramenta tem como objetivo promover maior agilidade e eficiência, por meio da otimização dos processos judiciais e da capacidade de processamento de grandes volumes de informações, o que garante precisão e assertividade na tomada de decisões. A ferramenta está integrada ao sistema Eproc e combina diferentes recursos de IAs para compreender processos e extrair informações em uma única operação, além de pesquisar decisões em linguagem natural e aprender o estilo do autor para reproduzir a redação jurídica.

## **Sistema de jurisprudência**

Para implementar melhorias no sistema de divulgação da jurisprudência do TJMMG na *internet*, foi concluído, em 2024, o sistema de jurisprudência, com objetivo estratégico de aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal.

## Criação de novos portais

Com apoio da Fábrica de *Softwares* foram desenvolvidos novos portais para a Justiça Militar de Minas Gerais. Em 2024, foi entregue o novo portal da Escola Judicial Militar, com melhoria do design, tornando-o mais funcional, acessível e moderno, alinhado à identidade visual institucional. Em 2025, também entrou no ar o novo portal do TJMMG, com o visual mais leve e a navegabilidade e a usabilidade elaboradas para tornar a experiência do usuário dos serviços *on-line* da Justiça Militar mineira ainda mais completa e eficiente, com menos cliques. novo portal é mais acessível, disponibilizando diversos recursos como navegação por face, leitor de texto, ajustes de cores, tamanho, espaçamento e formatação de texto, entre outros. Com a mudança, foi criado ainda o Portal da Transparência do TJMMG, que concentra em um único lugar todas as informações administrativas necessárias a garantir a total transparência da Justiça Militar mineira.



## Desenvolvimento do sistema de *Business Intelligence* (BI)

Está em desenvolvimento um sistema de *Business Intelligence* para fornecer dados e análises que apoiem a gestão estratégica, com objetivo de aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária. O trabalho está em execução, com 10% de avanço e alguns painéis já disponíveis, o que assegura melhoria da governança de dados e maior eficiência na divulgação de informações para apoio às decisões institucionais. A previsão de conclusão é em 31 de dezembro de 2026 (saiba mais no EIXO 9).

### **Integração do controle biométrico ao sistema de controle de ponto**

Foi desenvolvida uma ferramenta para integrar o controle de acesso biométrico ao sistema de registro de ponto dos servidores de forma automática e informatizada, bastando apenas o acesso de entrada e saída pela catraca eletrônica. A iniciativa, concluída em 2025, garante maior eficiência na gestão de pessoas e proporciona mais agilidade, com o registro do ponto feito tão logo o servidor passe pelo controle de acesso no *hall* do TJMMG.



### **Projeto-piloto de nuvem de dados**

Foi iniciado um projeto-piloto de utilização de nuvem, firmado a partir de um contrato com a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (Prodemge) para prestação de serviços de infraestrutura como serviço (IaaS). Esse contrato tem o objetivo de possibilitar à equipe da Diretoria de Tecnologia, Informação e Comunicação (Dirtic) uma experimentação com a hospedagem em nuvem de serviços da instituição, para, então, poder subsidiar eventual decisão do Tribunal em utilizar a infraestrutura.

### **Pontos de inclusão digital (PIDs)**

A partir de 2024, o TJMMG passou a integrar Pontos de Inclusão Digital (PIDs) com a finalidade de ampliar o acesso à Justiça e otimizar a prestação de serviços jurisdicionais em localidades que não dispõem de unidades físicas do Poder Judiciário. A iniciativa foi viabilizada por meio de Acordo de Cooperação Técnica no âmbito do Comitê Executivo Estadual de Cooperação Judiciária em Minas Gerais (CECJ-MG), com a participação do TJMG, do TRF6, do TRE-MG, do TRT3, da Defensoria Pública de Minas Gerais e da Polícia Militar de Minas Gerais. Os PIDs possibilitam a prática de atos processuais por videoconferência, inclusive depoimentos, bem como o atendimento por meio do Balcão Virtual, utilizando a estrutura dos Fóruns Digitais instituídos pelo TJMG. Até dezembro de 2025, foram implementadas sete unidades nos municípios de Coluna, Fronteira, Lagoa Grande, Padre Paraíso, Papagaios, Venda Nova e Salinas



## EIXO 6 - COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

### **Apoio técnico-operacional da PMMG na produção audiovisual**

Foi celebrado um TDCO com a PMMG para execução de ações de apoio técnico-operacional na área de comunicação institucional, especificamente na produção audiovisual, buscando o fortalecimento da imagem institucional e a ampliação da interlocução com os públicos estratégicos do TJMMG. Esta iniciativa aumentou a capacidade técnica e de produção audiovisual do Tribunal, que subiu de 33 vídeos em 2024 para 53 em 2025, dos quais 12 são frutos do trabalho em parceria com a PMMG (saiba mais no EIXO 3).

### **Novos vídeos institucionais**

Duas das novas produções resultantes da parceria com a PMMG são o novo vídeo institucional do Tribunal - voltado ao público externo, para apresentar, em especial, a missão, a visão, os valores, a estrutura e outros temas que divulguem a Justiça Militar mineira à sociedade – e o vídeo comemorativo pelos 10 anos da EJM.



### **Notícias de julgados**

Em julho de 2024, foi criado o “Notícias de Julgados”, seção fixa no site com o resultado de julgamentos em 1ª e 2ª Instância da Justiça Militar de Minas Gerais. Em maio de 2025, foi criada a Comissão Permanente para Proposição de Divulgação de Notícias sobre Julgados, com o objetivo de ampliar a transparência e o acesso à informação acerca das decisões proferidas pela Justiça Militar. Paralelamente, a iniciativa ganhou ainda mais destaque no site, bem como um espaço fixo no “Boletim de Notícias” mensal e uma versão como “Boletim Notícias de Julgado”, vídeo curto com um resumo da notícia enviado por *WhatsApp* e também exibido na TV corporativa localizada no *hall* do TJMMG.

### **Selo Linguagem Simples**

Por dois anos consecutivos, o TJMMG ganhou o Selo Linguagem Simples, certificação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que reconhece órgãos do Poder Judiciário que se destacam na promoção de uma comunicação mais clara, acessível e objetiva com a sociedade. O TJMMG foi avaliado por projetos e ações em Linguagem Simples, entre eles a criação de um modelo de intimação utilizando as novas diretrizes e a série audiovisual “Você conhece o Direito Militar?”.



### **Ações de aproximação com a sociedade**

Diversas ações foram desenvolvidas com vistas a aproximar ainda mais a Justiça Militar dos jurisdicionados e do público em geral. Uma delas foi uma série de oito entrevistas semanais, realizadas de maio a outubro de 2024, com magistrados de 1ª e 2ª Instância no programa “Polícia Militar com Você”, transmitido pela Rádio Inconfidência. A participação do TJMMG no programa foi fruto de uma parceria com a PMMG. Desde 2024, o TJMMG também promove o projeto Conexão Acadêmica, que recepciona estudantes de Direito e alunos dos cursos de formação de oficiais da PMMG e do CBMMG para acompanhar sessões de julgamento em 1ª e 2ª Instâncias. Ao todo, o projeto recepcionou cerca de 600 alunos até março de 2026. Outra ação é a Visita Guiada, que, desde 2025, oferece um tour pelo edifício-sede com duração máxima de 45 minutos, para grupos de até cinco pessoas por vez. A Visita Guiada pode ocorrer de forma espontânea ou com agendamentos prévios atrelados ou não à Conexão Acadêmica, e em oito meses de lançada a ação recebeu mais de 240 pessoas.



### **Divulgação de notícias institucionais**

Para manter a transparência ativa e tornar públicas notícias relacionadas à Justiça Militar de Minas Gerais, sejam elas administrativas, jurisdicionais ou de interesse público em geral, além de agendas oficiais da alta administração, foram produzidas cerca de mil postagens de notícias e reportagens especiais no site institucional durante a gestão.

## Solenidades comemorativas

Antes com eventos públicos a cada dois anos, o aniversário da Justiça Militar mineira passou a ganhar uma comemoração anual a partir de 2024, quando foram celebrados os 87 anos da instituição. Em 2025, as comemorações pelos 88 anos tiveram um caráter ainda mais especial, ao se unirem às celebrações pelos 10 anos da Escola Judicial Militar, com uma sessão solene realizada no Auditório do Pleno do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A entrega do Colar e da Medalha do Mérito Judiciário Militar, antes bianual, também passou a ser realizada anualmente, e, para marcar os 10 anos da EJM, ainda foi criada a Comenda do Mérito Acadêmico Professor Lourival Vilela Viana, destinada a reconhecer autoridades, acadêmicos, instituições e parceiros que se destacaram por suas relevantes contribuições ao estudo, ao ensino, à difusão do Direito Militar e ao fortalecimento institucional. Em sua primeira edição, a Comenda agraciou 30 personalidades e 18 instituições.



## Encontro das Assessorias de Comunicação dos Tribunais de Justiça Militar

Em outubro de 2024, foi realizado o I Encontro das Assessorias de Comunicação dos Tribunais de Justiça Militar, que reuniu representantes deste TJMMG e dos Tribunais de Justiça Militar dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Durante dois dias de encontro, foram discutidos temas de grande relevância e atualidade, com o objetivo de qualificarem-se práticas, trocarem-se experiências e alinharem-se ações comunicacionais internas e perante a sociedade.

### Revista de Estudos & Informações

Foram lançadas duas edições da Revista de Estudos & Informações, em uma parceria da Assessoria de Comunicação Institucional e da Escola Judicial Militar. Em 2024, a revista chegou à 50ª edição, com publicação virtual, enquanto, em 2025, para comemorar os 10 anos da EJM, foi feita uma tiragem impressa especial da edição 51 para ser distribuída em universidades, órgãos e outras instituições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas municipal, estadual e federal.

### Manual de Identidade Visual

O Tribunal Pleno aprovou a Resolução n. 338/2025, que institui o Manual de Identidade Visual da marca do TJMMG. O Manual detalha as recomendações de aplicação da logomarca e do brasão do órgão, incluindo tipografia, paleta de cores, tamanho mínimo e orientações para diferentes tipos de uso. Com isso, a Resolução consolida a marca definida em resoluções anteriores, e que agora passa a se somar a novas aplicações de formato.



## EIXO 7 – SEGURANÇA INSTITUCIONAL

### **Plano de Segurança de Magistrados**

Visando à proteção de juízes de Direito e desembargadores da Justiça Militar, foi criado o Plano de Segurança de Magistrados, que contempla investimentos em inteligência, infraestrutura e capacitação da equipe de policiais militares e bombeiros militares que atuam no Gabinete de Segurança Institucional do TJMMG. Foram adquiridos novos uniformes e fones radiocomunicadores para a equipe e, em parceria com o Exército Brasileiro, foi realizado um curso de Escolta de Dignitários, destinado à segurança e aos motoristas dos magistrados.

### **Segurança das instalações**

Parte integrante do Plano de Segurança de Magistrados, foi feito um investimento na segurança das instalações do edifício-sede do TJMMG, o que amplia a segurança para todos aqueles que atuam na Justiça Militar de Minas Gerais. Em reforço ao Núcleo de Inteligência, foi adquirido o *software Clearview*, sistema de reconhecimento facial que utiliza inteligência artificial para proporcionar pesquisas ágeis e confiáveis na área de segurança. Houve uma ampliação do Circuito Fechado de Televisão (CFTV) do edifício-sede, aumentando a capacidade de monitoramento até a casa anexa recém-adquirida ao lado do Tribunal. Também foi realizada a manutenção de equipamentos de segurança, como o pórtico detector de metais, *scanner*, catracas eletrônicas e a cancela de acesso à garagem.

### **Brigada de incêndio**

O TJMMG passou a contar com nova Brigada de Incêndio composta por 45 brigadistas, entre magistrados, servidores, colaboradores e estagiários. O grupo recebeu formação inicial ou atualização de conhecimentos promovidos pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais acerca de temas como noções de primeiros socorros, prevenção e combate a incêndios.

## EIXO 8 – GESTÃO DOCUMENTAL / ARQUIVO / GESTÃO DA MEMÓRIA

### **Publicação de sete editais de eliminação**

Foram publicados sete editais de eliminação, superando a meta inicial de publicar, no mínimo, quatro durante a gestão e totalizando o descarte de mais de 1,2 tonelada de papel destinados à reciclagem, o que equivale à altura de um prédio de 8 andares. Em 2024, foram publicados dois editais com processos referentes ao período de 2007 a 2012 e, no total, foram destinados à reciclagem 555kg de papel. Em 2025, foram eliminados 266 processos judiciais físicos, distribuídos em cinco editais. Isso representa 98,1 mil folhas, o que corresponde a mais de 687kg de papel fragmentado, além da liberação do espaço equivalente a três estantes de aço ou 14 prateleiras de um metro de largura.

### **Tratamento arquivístico dos processos distribuídos em 1966/1980**

Houve a manutenção da política de transparência com o tratamento arquivístico de 100% dos processos distribuídos entre 1966 e 1980. Esse trabalho contínuo inclui análise, registro dos metadados no sistema TJM-Arq, higienização, digitalização e organização do acervo.

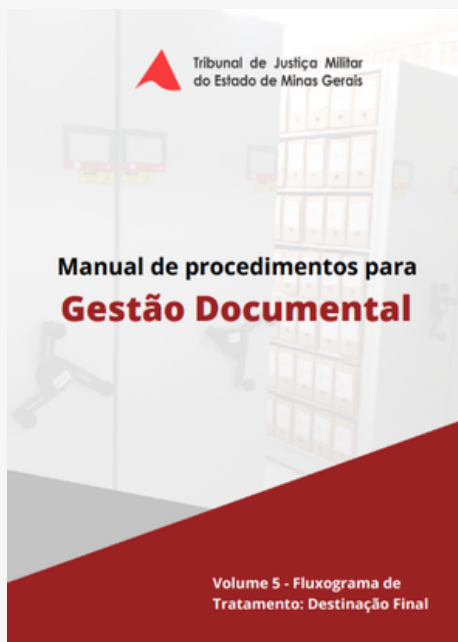
### **Difusão do acervo de autos históricos do TJMMG**

Foram publicados 30 Relatos Ilustrados (15 em 2024 e 15 em 2025), o que se somou a um acervo que passou a contar com 36 publicações. Os Relatos Ilustrados são feitos a partir de autos de valor histórico definidos pela Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) e, de forma lúdica e objetiva, contam a história narrada nos autos.



## Publicação de novos instrumentos da Gestão Documental

Foram publicados novos instrumentos da Gestão Documental, que servem de referência para quem atua no setor e para fins de consulta. Em 2024, foram lançados o “Catálogo de Documentos Judiciais Criminais (2ª versão)”, a “Cartilha de Limpeza dos Arquivos (2ª versão)”, o “Manual de Procedimentos para Gestão Documental – Vol. 5” e “Cuidados no Manuseio de Documentos”. Em 2025, foi publicada a cartilha de “Montagem do Carrinho Plataforma”. Todos os instrumentos se encontram disponíveis à consulta pública no *site* do TJMMG.



## Investimentos em Gestão Documental

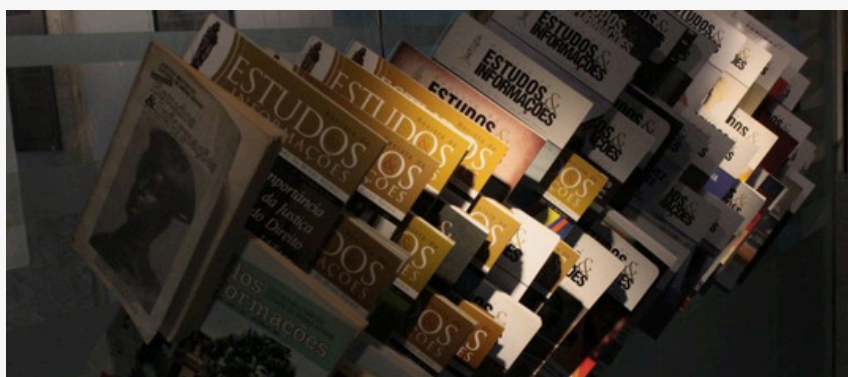
Para salvaguardar documentos de valor histórico, foram feitos investimentos para a melhor e mais segura atuação do setor de Gestão Documental. Foram adquiridos novos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), uma Mesa de Higienização para o trabalho dos auxiliares de arquivo, além de caixas box para guarda de processos no arquivo e de pastas para acondicionamentos de feitos físicos. Houve também a contratação de empresa para manutenção de arquivos deslizantes.

### **Manutenção do Memorial da Justiça Militar**

Houve investimento na manutenção do Memorial da Justiça Militar de Minas Gerais, localizado no *hall* do edifício-sede. Essa manutenção compreende o reparo do sistema de iluminação, a manutenção das placas de identificação (incluindo a aquisição e a instalação de placa identificadora do Memorial com recursos de acessibilidade), a inserção de QR Codes com a descrição dos processos e dos livros expostos e a manutenção do totem multimídia destinado à exibição de vídeos institucionais.

### **Exposição temporária**

Em outubro de 2025, foi realizada uma exposição temporária no Memorial da Justiça Militar com o tema “88 anos do Tribunal de Justiça Militar e 10 anos da Escola Judicial Militar”, realizada de 20 de outubro a 7 de novembro de 2025. As mostras homenagearam servidores, magistrados, colaboradores, palestrantes e alunos da EJM, reconhecendo o papel de cada um na construção e na preservação da memória da Justiça Militar mineira.



## EIXO 9 – GOVERNANÇA INSTITUCIONAL - ADMINISTRATIVA

### **Selo Diamante e Excelência no Prêmio CNJ de Qualidade**

A Justiça Militar de Minas Gerais foi reconhecida pelo Prêmio de Qualidade do CNJ com o selo Diamante em 2024 e, de forma inédita, o selo Excelência em 2025, sendo um dos quatro tribunais do país – e o único do segmento Justiça Militar - a estar no mais alto grau de reconhecimento do CNJ pelo trabalho jurisdicional e administrativo desenvolvido. Isso reflete, entre outras coisas, o compromisso da instituição com a lisura e a prestação de contas públicas, e a máxima eficiência na prestação jurisdicional.



### **Business Intelligence (BI) e Automação**

O bom desempenho da Justiça Militar de Minas Gerais nas áreas administrativa e judiciária é resultado, entre outros fatores, de um controle, em tempo real, de metas estipuladas em âmbito interno no Planejamento Estratégico e em âmbito externo pelo CNJ. Isso se dá pelo monitoramento sistemático das Metas Nacionais do CNJ, inclusive por painéis BI e automação de dados, o que permite a análise mensal dos resultados em reuniões regulares com áreas administrativas e finalísticas (saiba mais no EIXO 5).

### **Governança da execução orçamentária**

A política de governança para a tomada de decisões estratégicas foi mantida, com um trabalho contínuo, atualização de dados em tempo real e a realização de reuniões periódicas com a alta gestão administrativa do TJMMG, possibilitando, a partir da socialização das informações, uma maior transparência em relação aos atos praticados e ao envolvimento de todos nas decisões (saiba mais no EIXO 3).

### **Atualização constante de resoluções e diretrizes do CNJ**

Foi realizado o acompanhamento e a análise das Resoluções do CNJ, avaliando-se seus impactos para o TJMMG e orientando as áreas internas sobre as medidas a serem adotadas para as devidas implementações e/ou adequações. Esse trabalho garante que as determinações do CNJ sejam cumpridas de maneira organizada, padronizada e alinhada às diretrizes nacionais, antecipando cenários e preparando a instituição para as transformações constantes do Poder Judiciário.



### **Atualização do Regimento Interno**

Foi promovida uma atualização do Regimento Interno do TJMMG, com o objetivo de modernizar-se a estrutura normativa, aperfeiçoarem-se procedimentos e aprimorarem-se a organização e o funcionamento institucional. As alterações, aprovadas pelo Tribunal Pleno e divulgadas no Diário Oficial em dezembro de 2025, contemplaram ajustes na estrutura organizacional do Tribunal, o funcionamento dos órgãos colegiados e os procedimentos administrativos e jurisdicionais. O novo texto redefiniu competências e atribuições do Tribunal Pleno, da Presidência, da Vice-Presidência, das Câmaras e da Corregedoria, além de atualizar regras relacionadas às sessões de julgamento e reorganizar aspectos referentes ao Ministério Público, à Defesa e aos magistrados da Justiça Militar estadual.

### **Comitê Executivo Estadual de Cooperação Judiciária**

Em maio de 2025, foi formalizado o Comitê Executivo Estadual de Cooperação Judiciária em Minas Gerais (CECJ-MG), que reúne os cinco tribunais com sede na capital mineira: TJMMG, TJMG, TRF6, TRE-MG e TRT-MG. O Comitê visa aprimorar a prestação de serviços à sociedade, tanto no âmbito judicial quanto administrativo, em conformidade com as políticas nacionais do poder judiciário, a partir do trabalho em parceria entre os tribunais envolvidos. Como desdobramento, o Comitê deu origem a diversos subcomitês, como o de Inovação e o das Escolas Judiciais, e uma das ações resultantes disso foi o I Encontro de Cooperação Judiciária de Minas Gerais, realizado em outubro de 2025.



### **Acordo de Cooperação Técnica com a Ouvidoria da OAB-MG**

Em junho de 2025, foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica com a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais (OAB-MG) para integrar a Ouvidoria das duas instituições. O convênio permite a transferência e a remessa recíproca de demandas e solicitações direcionadas às respectivas Ouvidorias, bem como prevê a promoção de encontros entre os representantes das Ouvidorias, para acompanhamento e avaliação dos resultados na execução das atividades.



### Comitê PopRua Jud

Em julho de 2025, foi instituído o Comitê Local da Política de Atenção a Pessoas em Situação de Rua do Poder Judiciário (Comitê PopRuaJud), reunindo cinco tribunais sediados no Estado, entre os quais o TJMMG. A iniciativa tem por finalidade assegurar o acesso à Justiça e promover a cidadania da população em situação de rua. A medida segue a Resolução CNJ n. 605/2024, que alterou a Resolução n. 425/2021, para tornar obrigatória a criação de comitês locais do PopRuaJud e a realização de mutirões de cidadania e atendimento jurídico, entre outras providências. A normativa também prevê a articulação interinstitucional com órgãos, além de movimentos sociais voltados à defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, fortalecendo a atuação integrada do sistema de Justiça.



### Boletim de Jurisprudência

Em maio de 2024, foi lançado o Boletim de Jurisprudência, iniciativa do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) para sistematizar e analisar precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), oferecendo um panorama atualizado sobre temas relevantes à Justiça Militar Estadual, especialmente nas áreas de Direito Penal Militar, Direito Processual Penal Militar e Direito Administrativo Disciplinar, que ganharam maior destaque após a ampliação de competência promovida pela Lei n. 13.491/2017. Em novembro de 2025, o boletim foi reestruturado com o objetivo de tornar as informações mais ágeis e acessíveis, passando a contar com novo *layout*, que facilita a pesquisa e o acesso aos julgados, ampliando a transparência e facilitando a consulta à jurisprudência.

## **Depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência**

Um Acordo de Cooperação Técnica firmado em 2025 com o TJMG passou a assegurar o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, utilizando espaços compartilhados para garantir escuta em um ambiente seguro e protegido. Isso consolida uma Justiça mais humanizada e protetiva, que permite que a escuta ocorra de forma segura, acolhedora e livre de constrangimentos, demonstrando uma gestão pública eficiente e cooperativa, pautada na otimização de recursos e na sustentabilidade administrativa.

## **Auditorias realizadas**

Para além das auditorias já feitas anualmente, referentes a despesas e prestação de contas, foram realizadas quatro outras auditorias: uma Auditoria de Conformidade, sobre os processos de concessão de diárias e passagens; uma auditoria no processo de promoção vertical de servidores, concluída em janeiro de 2026; e duas auditorias coordenadas pelo CNJ - a primeira tendo como objeto avaliar a implementação da Política Judiciária de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, e a segunda sobre a gestão e a destinação de valores e bens oriundos de prestações pecuniárias, da pena de multa e da perda de bens e valores. A unidade realizou também o monitoramento para verificação do atendimento das recomendações feitas em processos anteriores.

## **Consultoria estratégica**

Com vistas a fortalecer a governança e agregar valor à gestão, a Auditoria Interna também passou a desenvolver atividades de consultoria, posicionando-se como parceira estratégica. Em 2024, foram registradas 54 horas de consultoria, com destaque para a participação na Comissão de Atualização do Regimento Interno do Tribunal. Em 2025, iniciou-se a execução da primeira consultoria de assessoramento, voltada ao aprimoramento do processo de governança das contratações.

### **Advogados dativos**

Em junho de 2024, foi realizado o primeiro pagamento administrativo de advogados dativos nomeados no TJMMG como defensores “ad hoc”, nos termos da legislação em vigor. A partir desta data, ficou estabelecida a periodicidade mensal da remessa de dados para processamento dos pagamentos, sempre que houver valores arbitrados no mês de referência. Em 2025, a Portaria Conjunta n. 272/2025 regulamentou a nomeação de advogados dativos no âmbito do TJMMG, conforme critérios estabelecidos pela Resolução CNJ n. 618/2025, consolidando os princípios da impessoalidade, publicidade e alternância já previstos no Termo de Cooperação Mútua Técnica e Operacional firmado em 2023 pelo Estado de Minas Gerais, por intermédio da Advocacia-Geral do Estado (AGE-MG), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais (OAB-MG).

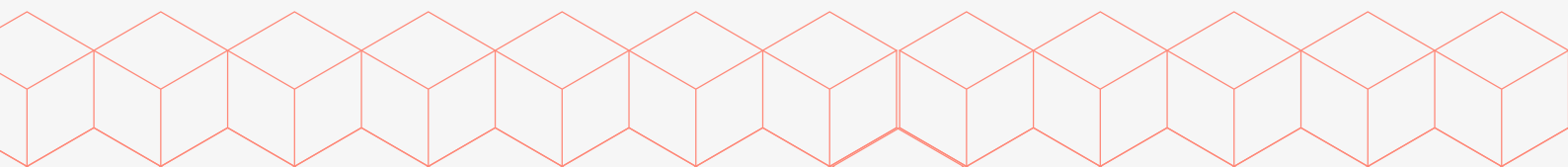
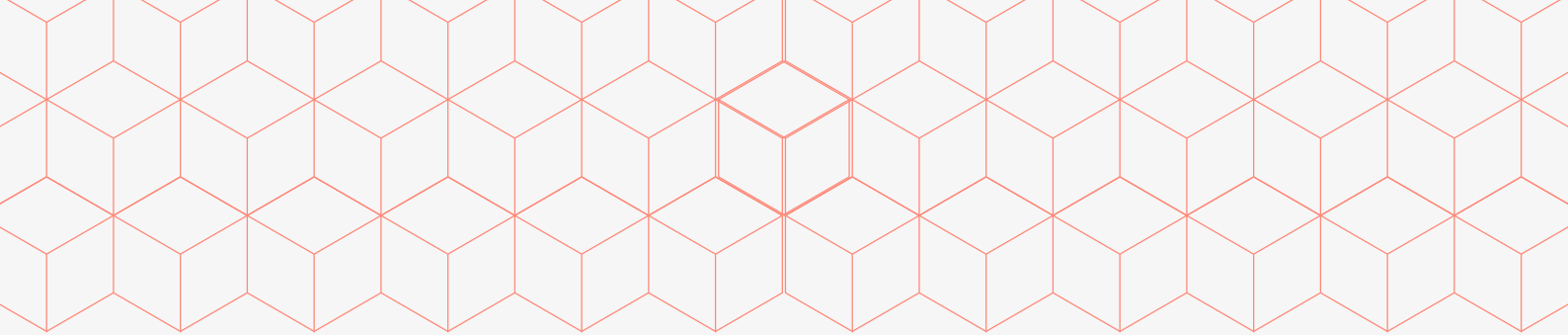
### **Membro nato/efetivo do Consepre**

O TJMMG, acompanhado dos Tribunais de Justiça Militar dos Estados de São Paulo (TJMSP) e do Rio Grande do Sul (TJMRS), passou a integrar oficialmente o Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre) como membro nato/efetivo. O anúncio foi feito em 25 de fevereiro, durante a solenidade de abertura do XIX Encontro do Consepre, realizado em Fortaleza/CE.



**Tribunal de Justiça Militar  
do Estado de Minas Gerais**

# **ATOS NORMATIVOS**



## Resoluções

### **Resolução n. 310, de 27 de junho de 2024**

Institui o Plano de Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

### **Resolução n. 311, de 11 de julho de 2024**

Altera e acrescenta dispositivos à Resolução n. 168, de 6 de maio de 2016, que regulamenta a realização da Audiência de Custódia, no âmbito da Justiça Militar de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais.

### **Resolução n. 315, de 21 de agosto de 2024**

Institui o Regulamento da Biblioteca do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

### **Resolução n. 316, de 21 de agosto de 2024**

Estabelece normas para desenvolvimento e avaliação do acervo da Biblioteca do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

### **Resolução n. 317, de 27 de agosto de 2024**

Dispõe sobre a implantação e o funcionamento do juiz das garantias no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

### **Resolução n. 319, de 6 de setembro de 2024**

Regulamenta a instalação e o uso de aparelhos elétricos ou eletrônicos particulares na Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

### **Resolução n. 320, de 6 de setembro de 2024**

Institui a Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina na Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Resolução n. 321, de 7 de novembro de 2024**

Altera a Resolução n. 85, de 8 de fevereiro de 2010 e adota o Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN e o Domicílio Judicial Eletrônico como instrumentos de comunicação oficial.

**Resolução n. 322, de 7 de novembro de 2024**

Dispõe sobre as regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio para condução dos processos de licitação, no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Resolução n. 325, de 29 de novembro de 2024**

Acresce o art. 15-A à Resolução n. 261, de 24 de fevereiro de 2022, a fim de estabelecer critérios de distribuição que assegurem a equivalência de carga de trabalho para magistrados(as) da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Resolução n. 332, de 23 de abril de 2025**

Atualiza, no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, critérios de compensação por magistrados de Primeira e Segunda Instâncias e implementa a compensação por acumulação de acervo processual e dá outras providências.

**Resolução n. 333, de 24 de abril de 2025**

Institui a “Comenda do Mérito Acadêmico Prof. Lourival Vilela”, comemorativa dos 10 anos de atuação da Escola Judicial Militar do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Resolução n. 335, de 24 de abril de 2025**

Institui e regulamenta o regime de sobreaviso aos desembargadores do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Resolução n. 337, de 25 de abril de 2025**

Institui a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação na Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Resolução n. 338, de 9 de maio de 2025**

Institui o Manual de Identidade Visual da marca do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

**Resolução n. 340, de 2 de julho de 2025**

Institui a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Escola Judicial Militar.

**Resolução n. 342, de 10 de julho de 2025**

Regulamenta, no âmbito do TJMMG, as diretrizes para o desenvolvimento, a utilização e a governança de soluções de inteligência artificial.

**Resolução n. 348, de 12 de novembro de 2025**

Prorroga o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira da Magistratura Civil da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais regido pelo Edital n. 1/2022.

**Resolução n. 350, de 10 de dezembro de 2025**

Aprova o Regimento Interno. Dispõe sobre a composição, a organização, a competência, o funcionamento e a disciplina de serviços dos órgãos do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e sobre o processamento e o julgamento dos feitos que a eles são atribuídos pela Constituição da República Federativa do Brasil, pela Constituição do Estado de Minas Gerais e pelas leis.

**Resolução n. 351, de 4 de fevereiro de 2026**

Disciplina o pagamento do adicional noturno a servidores da Justiça Militar de Minas Gerais.

**Resolução n. 354, de 4 de fevereiro de 2026**

Dispõe sobre a atuação e a retribuição financeira de docentes nas ações educacionais promovidas pela Escola Judicial Militar - EJM.

## Portarias

### **Portaria n. 1.592, de 25 de março de 2024**

Designa o coordenador do curso de formação inicial para juízes da magistratura civil da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

### **Portaria n. 1.594, de 26 de março de 2024**

Designa Juiz de Direito para responder pela 5ª Auditoria Judiciária Militar Estadual.

### **Portaria n. 1.606, de 10 de abril de 2024**

Dispõe sobre o valor da bolsa de estágio e do auxílio transporte para os estagiários na Justiça Militar do Estado de Minas Gerais

### **Portaria n. 1.607, de 16 de abril de 2024**

Designa membros para compor o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - Nugep, no âmbito do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

### **Portaria n. 1.617, de 11 de junho de 2024**

Designa desembargador para coordenar as ações de cumprimento das metas nacionais do Poder Judiciário, no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

### **Portaria n. 1.620, de 3 de julho de 2024**

Regulamenta, no âmbito da Justiça Militar de Minas Gerais, a concessão e o pagamento de diárias de viagem e emissão de passagens aos magistrados e servidores.

### **Portaria n. 1.621, de 8 de julho de 2024**

Estabelece o uso da linguagem simples nos eventos e nas solenidades no âmbito da Justiça Militar de Minas Gerais.

### **Portaria n. 1.623, de 16 de julho de 2024**

Designa membros para compor o Comitê Gestor da Política de Atenção ao Primeiro Grau de Jurisdição.

**Portaria n. 1.624, de 16 de julho de 2024**

Institui Comissão para apresentar alternativas de implementação, na Justiça Militar de Minas Gerais, da Recomendação CNJ n. 149, de 30 de abril de 2024.

**Portaria n. 1.631, de 29 de julho de 2024**

Institui comissão para fins de realização de promoção vertical referente ao exercício de 2024.

**Portaria n. 1.632, de 30 de julho de 2024**

Dispõe sobre a criação e a instalação de Pontos de Inclusão Digital (PIDs) pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais em cooperação com órgãos do Poder Judiciário e outras instituições.

**Portaria n. 1.633, de 31 de julho de 2024**

Institui Comissão de estudo para proposição de regulamentação da Lei n. 14.133/2021, no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.637, de 19 de agosto de 2024**

Dispõe sobre estágio de estudantes no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.649, de 18 de setembro de 2024**

Designa membros para compor a Comissão de Coordenação e Supervisão da Seleção Pública de Estagiários no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.653, de 10 de outubro de 2024**

Regulamente o acesso do público externo ao acervo arquivístico, para fins de pesquisa, da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.654, de 10 de outubro de 2024**

Institui Comissão para apresentar estudos sobre os critérios de acúmulo de funções relevantes singulares e processuais extraordinárias de magistrados da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.658, de 30 de outubro de 2024**

Dispõe sobre as datas-limite e atividades relativas ao encerramento do exercício financeiro e à apresentação e formalização das prestações de contas do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2024.

**Portaria n. 1.676, de 8 de janeiro de 2025**

Institui comissão para analisar a proposição do desfazimento de veículos da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.682, de 27 de janeiro de 2025**

Institui comissão para analisar a proposição de desfazimento de material permanente inservível alocado no edifício sede da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.691, de 18 de março de 2025**

Nomeia o dirigente da unidade de Auditoria Interna do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.695, de 23 de abril de 2025**

Regulamenta os critérios e requisitos para caracterização do acúmulo de acervo processual no âmbito da Justiça Militar Estadual, com vistas à atribuição de dias de compensação aos magistrados, conforme os limites e condições previstos na Resolução n. 332/2025.

**Portaria n. 1.697, de 6 de maio de 2025**

Designa membros para compor o Comitê Gestor de Inovação e o Laboratório de Inovação da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.700, de 16 de maio de 2025**

Institui Comissão Permanente para Proposição de Divulgação de Notícias sobre Julgados da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.701, de 20 de maio de 2025**

Institui o Plano de Transformação Digital 2025-2026 do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.705, de 6 de junho de 2025**

Institui o modelo de gestão de demandas do Eproc no âmbito do Tribunal de Judicial Militar de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.717, de 1º de julho de 2025**

Designa representantes do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais para integrar o Comitê Interinstitucional de Trabalho denominado "Rede Sustenta Minas".

**Portaria n. 1.718, de 2 de julho de 2025**

Designa os membros da Comissão Própria de Avaliação – CPA da Escola Judicial Militar.

**Portaria n. 1.720, de 14 de julho de 2025**

Designa desembargadores relatores do processo de vitaliciamento de juízes do primeiro grau da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.723, de 24 de julho de 2025**

Institui Comissão para fins de realização de promoção vertical referente ao exercício de 2025.

**Portaria n. 1.724, de 24 de julho de 2025**

Institui o Subcomitê de Política de Atenção a Pessoas em Situação de Rua no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.726, de 12 de agosto de 2025**

Designa membros para compor o Comitê de Governança de Inteligência Artificial da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.729, de 18 de agosto de 2025**

Designa Juíza de Direito Substituta para responder pela 2ª Auditoria da Justiça Militar Estadual.

**Portaria n. 1.730, de 25 de agosto de 2025**

Estabelece normas para agendamento e execução de gravações de vídeo no âmbito da Assessoria de Comunicação Institucional do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.731, de 3 de setembro de 2025**

Institui Grupo de Trabalho para propor normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável a magistrados e servidores da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.732, de 8 de setembro de 2025**

Designa membros para compor a Comissão de Coordenação e Supervisão da seleção pública de estagiários no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.736, de 23 de setembro de 2025**

Institui a Política de Gestão de Identidade e Controle de Acesso no âmbito do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.740, de 30 de outubro de 2025**

Dispõe sobre as datas-limite e as atividades necessárias ao encerramento do exercício financeiro e à apresentação e formalização das prestações de contas do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2025.

**Portaria n. 1.744, de 4 de novembro de 2025**

Dispõe sobre a utilização do software de inteligência artificial jurídica MinutaIA, no âmbito da Justiça Militar de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.756, de 19 de dezembro de 2025**

Dispõe sobre a Política de Impressão no âmbito do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.757, de 29 de dezembro de 2025**

Designa servidores para atuarem como agentes de contratação e pregoeiros na Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.758, de 9 de janeiro de 2026**

Institui a Comissão Permanente de Vitaliciamento no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.762, de 15 de janeiro de 2026**

Designa a Auditoria de atuação de novo magistrado da Justiça Militar de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.769, de 4 de fevereiro de 2026**

Designa membros para compor a Comissão Permanente do Regimento Interno da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria n. 1.770, de 6 de fevereiro de 2026**

Designa membros para compor a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

## Portarias conjuntas

### **Portaria conjunta n. 190, de 12 de março de 2024**

Dispõe sobre os empréstimos de autos findos físicos e da parte física dos autos híbridos, no âmbito do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais

### **Portaria conjunta n. 198, de 18 de abril de 2024**

Estabelece a participação dos juízes não vitalícios no Programa de Acompanhamento Psicossocial, durante o estágio probatório.

### **Portaria conjunta n. 246, de 24 de janeiro de 2025**

Dispõe sobre o encaminhamento de matérias da Justiça Militar de Minas Gerais para o Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) e dá outras providências.

### **Portaria conjunta n. 263, de 29 de abril de 2025**

Regulamenta o funcionamento do depoimento especial no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

### **Portaria conjunta n. 265, de 5 de maio de 2025**

Dispõe sobre os procedimentos relativos ao acesso a processos com classificação de sigilo para o segundo grau de jurisdição.

### **Portaria conjunta n. 270, de 5 de junho de 2025**

Regulamenta a transmissão de informações sobre militares estaduais presos ou investigados e ações penais em andamento na Justiça Militar de Minas Gerais para a imprensa e dá outras providências.

### **Portaria conjunta n. 272, de 11 de junho de 2025**

Dispõe sobre a nomeação de advogados dativos no âmbito do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

**Portaria conjunta n. 275, de 24 de junho de 2025**

Estabelece critérios e prazos para a avaliação de sentenças dos magistrados em período de vitaliciamento.

**Portaria conjunta n. 307, de 9 de janeiro de 2026**

Dispõe sobre o preenchimento dos dados das pessoas cadastradas no Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP).

## Com outros órgãos

**Resolução Conjunta TRT3/TJ-MG/TRF6/TRE-MG/TJM-MG n. 1, de 28 de fevereiro de 2024**

Institui o Comitê Executivo Estadual de Cooperação Judiciária em Minas Gerais - CECJ-MG.

**Portaria conjunta n. 56/PR-TJMG/2025**

Institui, no âmbito do Estado de Minas Gerais, o Comitê Local da Política de Atenção a Pessoas em Situação de Rua do Poder Judiciário - Comitê PopRuaJud Minas Gerais.

**Provimento Conjunto n. 01/2026**

Dispõe sobre a utilização do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões – BNMP 3.0 no âmbito das Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais.



**Tribunal de Justiça Militar  
do Estado de Minas Gerais**

